

Gestão Regional da Rede de Frio: um relato de experiência

**MARCELA POLINO GOMES¹; ADRIÉLI TIMM OLIVEIRA²;
CLAUDIA BERARDI³; TEILA CEOLIN⁴**

¹Universidade Federal de Pelotas – marcelapolinogomes8@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – adrielioliveira85@gmail.com

³ 3ª Coordenadoria Regional de Saúde de Pelotas – claudia.berardi@saude.rs.gov.br

⁴Universidade Federal de Pelotas – teila.ceolin@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na área de infectologia, quando há um infecção viral ou bacteriana que ultrapassa a imunidade inata, é necessário que a imunidade específica entre em ação. A imunidade específica conta com a produção de anticorpos próprios para o agente invasor, e com a produção de células de memória. As células de memória, por sua vez, ficarão presentes no organismo pelo resto da vida, de modo que em um futuro segundo contato, essa resposta imunológica seja mais rápida e eficaz (BRASIL, 2014). Assim agem as vacinas, fazendo com que o corpo reconheça os antígenos antes mesmo de um contato direto, viabilizando a imunização do organismo.

Sendo assim, as vacinas permitem o controle e a erradicação de doenças imunopreveníveis, além de reduzir a morbimortalidade por agravos, configurando-se como um ação de saúde com grande custo-benefício. Por esse motivo foi criado o Programa Nacional de Imunizações (PNI), instituído através da Lei nº 6259 de 30 de outubro de 1975, o qual é responsável por implantar ações, estabelecer critérios técnicos e normas para a vacinação e prestar apoio técnico e financeiro à implementação do programa (BRASIL, 1975).

Com a finalidade de que o PNI seja eficiente e resolutivo frente aos objetivos supracitados, é necessário que haja imunização em massa, ou seja, que atinja uma boa parte da população brasileira. Sendo assim, criou-se, por meio da Portaria Ministerial nº 1.498, de 19 de julho de 2013, o Calendário Nacional Vacinal, o qual estipula as vacinas a serem administradas, o público específico, a faixa etária, o esquema vacinal de doses e o intervalo entre essas (BRASIL, 2013a).

Sendo assim, para que o programa seja de fato difundido no país, é necessária a descentralização da gestão. Para isso, a atuação de diferentes instâncias como a nacional, estadual, regional, municipal e local constituem-se como essenciais, formando a Rede de Frio (BRASIL, 2013b). No que tange a gestão regional, o estado do Rio Grande do Sul possui dezenove coordenadorias regionais de saúde (CRS), atuantes em municípios de sua proximidade. Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de uma estagiária, graduanda em Enfermagem, no setor de imunizações da 3ª Coordenadoria Regional de Saúde de Pelotas (3ªCRS).

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência durante estágio não curricular na 3ª Coordenadoria Regional de Saúde do estado do Rio Grande do Sul no setor de imunizações, vivenciado por uma graduanda em Enfermagem da Universidade

Federal de Pelotas (UFPeL). O setor do estágio, por sua vez, é responsável pela coordenação de 170 salas de vacinas da região e o abastecimento de imunobiológicos e insumos de 22 municípios, sendo eles: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Chuí, Cerrito, Cristal, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

O relato baseia-se no período de 18/06/2020 até 18/08/2020, no qual o local do estágio era coordenado por uma enfermeira. Além disso, trabalhavam no setor uma técnica em enfermagem, uma técnica-administrativa e duas estagiárias acadêmicas de enfermagem da UFPeL, sendo uma cumprindo estágio remunerado e outra em estágio curricular. Em relação a estrutura, o departamento conta com quatro computadores com acesso a internet, 2 geladeiras para conservação de imunobiológicos com um total de 380 litros e 1 freezer de 500 litros para conversação de gelox. Ademais, ainda possuem 8 câmaras de conservação de imunobiológicos de 5.000 litros ao total, 1 freezer de 220 litros e 4 ar condicionados fora de funcionamento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Rede de Frio é um amplo sistema técnico-administrativo o qual é orientado pelo PNI através do planejamento e financiamento, de modo com que a Cadeia de Frio seja mantida adequadamente. A cadeia de frio é separada da rede apenas para fins didáticos, uma vez que trata somente do recebimento, armazenamento, distribuição e transporte dos imunobiológicos, enquanto a rede engloba outras ações como o controle de imunos sob suspeita, notificações de eventos adversos à vacinação, supervisão e adequação das salas de vacinas públicas e privadas e auxílio na comunicação do Centro de Imunobiológicos Especiais (CRIE) e municípios (BRASIL, 2017).

Como já mencionado, a organização de toda a rede se dá por diferentes instâncias, sendo elas: nacional, estadual, regional, municipal e local. A instância nacional é responsável pela coordenação do PNI, norteador das demais quanto ao modo de trabalho através de normatização, além de adquirir os imunobiológicos a serem distribuídos, realizar a avaliação da situação epidemiológica das doenças, atualizar o calendário vacinal e definir as estratégias e campanhas de vacinação. Já a estadual é responsável também por armazenar e distribuir as vacinas, soros e imunoglobulinas vindas da instância acima para as regionais e dar apoio logístico e técnico para as regionais (BRASIL, 2017).

No que tange a gestão regional, vivenciada no estágio, foram desenvolvidas ações sob a supervisão de uma enfermeira, as quais incluíram: auxiliar no recebimento e distribuição dos imunobiológicos, alimentação de programa, preenchimento de formulários, realizadas orientações aos municípios, correção de movimentação de imunobiológicos no sistema, conferência de estoque (regional e dos municípios através do sistema), e supervisões em sala de vacina e rede de frio, com a finalidade de garantir a otimização de recursos visto o atual estado de desabastecimento de alguns imunobiológicos como Pentavalente e Vacina Oral Poliomielite e garantir que as mesmas possuam estrutura para o correto armazenamento de imunobiológicos.

Sabe-se que é fundamental uma logística eficiente. Vasconcelos (2012) nos traz que em 2010, o Ministério da Saúde passou a realizar levantamento dos

insumos a serem comprados, o chamado plano de demanda, este contribui para uma organização mais eficiente e um melhor aproveitamento dos recursos inibindo que chegassem quantitativos que não estavam sendo demandados. Nesse viés foram desenvolvidas as práticas de distribuição de imunobiológicos no setor de imunizações da 3ª CRS, uma vez que os municípios realizavam seu pedido mensal por meio do Sistema de Insumo Estratégico (SIES) enquanto a regional solicita esse quantitativo para a Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (CEADI). Após a liberação do pedido pela CEADI, são disponibilizadas notas de fornecimento de material para os municípios e, a partir disso, são realizadas as entregas dos pedidos no setor. Vale ressaltar que os imunobiológicos são entregues em caixas de isopor com gelox, ao redor, em sua parte interna e lacradas com fita adesiva, a fim de manter a temperatura ideal de 2°C a 8°C como preconizado (BRASIL, 2017).

Além das ações de distribuição, também foram realizadas práticas de supervisão em seis municípios. Na atividade em questão estava presente a enfermeira responsável e as duas estagiárias do setor. As supervisões foram realizadas no período de estágio acima citado, orientadas por um formulário de supervisão de sala de vacina disponível no FORMSUS, sendo preenchido o mais brevemente após a atividade de supervisão.

A força de trabalho do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde é de extrema relevância pois além de prestar atendimento aos indivíduos, o enfermeiro exerce o papel de supervisionar e motivar a equipe, buscando qualidade e uma atenção à saúde prestados conforme princípios do SUS (FARAH *et al.*, 2016). De igual forma eram realizados as atividades de supervisão citadas anteriormente nos municípios adscritos na 3ª CRS, sendo o principal objetivo levar informações, para que pudessem prestar atenção à saúde qualificada e baseada em evidências.

4. CONCLUSÕES

Em suma, a atual rede de frio esquematizada através da Política Nacional de Imunizações proporciona uma melhor organização e otimização dos imunobiológicos, uma vez que trabalha em cima da demanda das instâncias menores. Em relação a regional, essa opera em uma posição estratégica, na qual proporciona um diálogo facilitado entre a instância estadual e municipal nas mais diversas ações dentro da rede.

Já em relação ao estágio vivenciado, esse permitiu um melhor entendimento frente a posição do enfermeiro no cenário de gestão. Na gestão regional da rede de frio, especificamente, o profissional de enfermagem apresenta-se proativo e necessário, uma vez que participa ativamente das atividades, associando as ações de cunho técnico às condutas de gestão do cuidado. Portanto, conclui-se que o estágio configura-se como uma oportunidade excepcional de aprendizagem e crescimento profissional, já que nele é possível vivenciar ações reais de trabalho.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. **Lei Nº 6.259, de outubro de 1975.** Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 out. 1975.

_____. **Portaria Nº 1.498 de 19 de julho de 2013.** Redefine o Calendário Nacional de Vacinação, o Calendário Nacional de Vacinação dos Povos Indígenas e as Campanhas Nacionais de Vacinação, no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI), em todo o território nacional. Brasília, DF, jul, 2013a

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de rede de frio.** 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações.** 5. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2017. 136 p.

FARAH, Beatriz Francisco et al. Percepções de enfermeiras sobre supervisão em enfermagem na Atenção Primária à Saúde. **Rev Rene**, v. 17, n. 6, p. 804-811, 2016.

VASCONCELOS, Cristina Demartini Gontijo. O papel do planejamento logístico na otimização das aquisições do Ministério da Saúde. In: **CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA**, 5. Brasília/DF, 2012.